



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

MANIFESTAÇÃO Nº 007/2024/SS/AF

PREGÃO Nº 71/2024

PROCESSO N.º 023879/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE E MOTOCICLETAS

JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO

Piracicaba, data da assinatura eletrônica.

I) DAS PRELIMINARES

Trata-se de Impugnação Administrativa interposta pela empresa RENAULT DO BRASIL S.A., inscrita no CNPJ sob nº 00.913.443/0001-73, contra os termos do edital do Pregão Eletrônico nº 071/2024, destinado a contratação de empresa para aquisição de veículos da linha leve e motocicletas (fls. 311/316).

II) DA ADMISSIBILIDADE

A empresa apresentou tempestivamente a impugnação e o pedido de esclarecimento, de acordo com o previsto no Item 6.1. do Edital.

III) DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em resumo, a empresa solicita esclarecimento quanto ao prazo de pagamento (i), emplacamento dos veículos em relação com IPVA (ii) e garantia do veículo (iii). E quanto a impugnação solicita alteração para tanque de combustível mínimo 38 litros, porta-malas com capacidade a partir de 290 litros e rodas aço estampado 14”.

IV) RESPOSTA DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Em relação aos esclarecimentos solicitados pelo licitante informamos:

- i) O pagamento será realizado à vista e o prazo consta na Cláusula 07 da Minuta do Contrato (Anexo III do Edital);
- ii) O emplacamento deverá ser realizado a isenção de IPVA, por se tratar de veículos oficiais;



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

MANIFESTAÇÃO Nº 007/2024/SS/AF

PREGÃO Nº 71/2024

PROCESSO N.º 023879/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE E MOTOCICLETAS

JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO

iii) Conforme item 5.4. do Termo de Referência, o prazo de garantia deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses para o veículo, salvo itens de desgaste pelo uso, sem limite de quilometragem.

V) DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

Preliminarmente, é oportuno destacar que esta licitação tem como fundamento a Lei 14.133/21 e visa principalmente o disposto no art. 5º:

“(...) Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável (...).”

Sendo assim, analisando os termos da impugnação a área requisitante manifestou-se nas fls. 326/327, merecendo destaque que as especificações dos veículos solicitados no Termo de Referência não restringem a licitação, comprovando-se através da pesquisa de preço, a qual há fornecedores no mercado que atendam ao solicitado pelo SEMAE.

Além disso, justificativa que é imprescindível que no Edital tenham as exigências solicitadas nos veículos, visto que, essas descrições foram baseadas de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e garantem a necessidade da Autarquia em adquirir veículo de modelo compacto para utilização pelos servidores na execução das atividades diárias.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

MANIFESTAÇÃO Nº 007/2024/SS/AF

PREGÃO Nº 71/2024

PROCESSO N.º 023879/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE E MOTOCICLETAS

JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO

Portanto, sabemos que ao formular o Edital, a Administração além de respeitar os requisitos legais e os princípios das contratações públicas, não pode estabelecer preferências ou distinções que restrinjam a competitividade, contudo, nada impede a previsão de exigências que possam ser cumpridas por determinadas empresas para que a contratação seja realizada com eficiência e eficácia.

Quando o rigor for necessário para atender o interesse público, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão. Aliás, essa interpretação é ratificada pela Constituição Federal em seu artigo 37, XXI, bem como, o STJ também segue o mesmo entendimento:

“É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações. Destarte, inexistente violação ao princípio da igualdade entre as partes se os requisitos do edital, quanto à capacidade técnica, são compatíveis com o objeto da concorrência.”

(Superior Tribunal de Justiça, RESP 474781/DF, Relator Min. Franciulli Netto, DJ de 12/05/2013).

Sendo assim, a contratação deve se pautar na proporcionalidade das exigências para que decida sempre em favor da ampla concorrência, em busca da proposta mais vantajosa e eficiente, **desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação**, além de ser defeso a qualquer empresa, discordar do posicionamento da Administração e cabe a nós, receber, acatar ou não a manifestação, uma vez que, não se pode obrigar a Administração a adequar-se à realidade da empresa.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

MANIFESTAÇÃO Nº 007/2024/SS/AF

PREGÃO Nº 71/2024

PROCESSO N.º 023879/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE E MOTOCICLETAS

JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO

Ante todo o exposto, certo de que o objetivo de alcançar a melhor proposta está garantido, de forma não haver prejuízo à Administração Pública, entendemos que não há a necessidade de revisão do Edital e dos seus anexos, pois conforme demonstrado e justificado, os argumentos apresentados pela impugnante, não trouxeram ensejos suficientemente razoáveis, tampouco provas robustas, não sendo as mesmas suficientes para motivar a reformulação do Instrumento Convocatório.

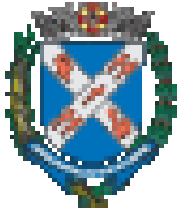
VI) DECISÃO

Por todo o exposto, **ACOLHO** a impugnação, e no mérito, decido pela **IMPROCEDÊNCIA** do pedido.

Ainda assim, encaminho à Procuradoria Jurídica para conhecimento e parecer, e posteriormente encaminhamento para decisão da autoridade competente.

Alana Fernandes

Chefe de Setor de Suprimentos



Assinaturas do documento

"Julgamento Impugnação"



Código para verificação: **G956BQDH**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ALANA FERNANDES (CPF: ***.047.788-**) em 05/11/2024 às 16:27:33 (GMT-03:00)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 06/07/2023 - 08:25:19 e válido até 06/07/2123 - 08:25:19.

(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **SEMAE**

2024/023879 e o código **G956BQDH** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

Parecer nº 379/2024/PJ/FMB

Processo administrativo nº 023879/2024

Assunto: Impugnação ao edital. Aquisição de veículos leves.

Trata-se de impugnação ao edital do pregão eletrônico nº 071/2024, cujo objeto consiste na contratação de empresa para o **fornecimento de veículos de linha leve**.

O Impugnante questiona as seguintes exigências: “tanque de combustível, capacidade mínima: 45 litros”; “porta-malas, capacidade mínima: 300 litros”; “rodas de aço: aro 15” e “pneus: r15”, alegando que tais especificações são restritivas. Ao final, requer a modificação do edital para permitir tanque de combustível com capacidade mínima de 38 litros, porta-malas a partir de 290 litros e rodas e pneus aro 14.

Por meio do Memorando nº 020/2024, a unidade requisitante manifestou discordância com a impugnação, expondo suas razões. Na sequência, o agente de contratação julgou improcedente a impugnação.

É o breve relatório. Passo a opinar.

A impugnação é o meio pelo qual particulares e licitantes podem provocar a revisão ou a supressão de uma condição prevista no edital, sob o argumento de que ela não respeita a ordem jurídica vigente. É em razão da eventual existência de uma ilegalidade que se justifica a impugnação.

O art. 164 da Lei Federal n.º 14.133/21 assim prescreve:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

 goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8

semaepiracicaba.sp.gov.br

019 – 3403-9611



SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

Nesse sentido, fixou o edital do certame:

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio eletrônico, via Sistema, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

Depreende-se que o pedido foi feito em petição escrita, subscrita e com a identificação do impugnante, dentro do prazo fixado na lei e no edital, uma vez que a data de abertura da sessão estava marcada para 11.11.2024, portanto, a impugnação interposta por pessoa jurídica em 31.10.2024, é **tempestiva**.

Ante o exposto, opinamos pelo seu conhecimento.

Diante da alegação de exigências restritivas, observa-se que o art. 9º, I, alínea 'a' e 'c' da Lei nº 14.133/21 veda ao agente público admitir, prever, incluir ou tolerar situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, bem como aqueles que sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato. Senão vejamos:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

[...]

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

 goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8

semaepiracicaba.sp.gov.br

019 – 3403-9611



SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

Isso significa, em síntese, que o agente administrativo deve garantir que as exigências sejam pertinentes e adequadas às reais necessidades da Administração Pública, não se utilizando de critérios que possam excluir potenciais concorrentes sem justificativa técnica ou funcional.

No caso em questão, a unidade requisitante manifestou discordância com a impugnação, argumentando que as especificações técnicas estabelecidas no edital foram fundamentadas em um estudo detalhado das necessidades operacionais e na análise de mercado, conforme exposto no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Segundo a unidade, as exigências de capacidade mínima do tanque de combustível, do porta-malas e do tamanho das rodas foram definidas para garantir a funcionalidade e segurança necessárias para os serviços previstos. A unidade requisitante destacou que a escolha de modelos compactos, com requisitos mínimos de autonomia e estabilidade, visa assegurar o desempenho adequado para deslocamentos frequentes e demandas de carga, elementos que veículos subcompactos não atenderiam.

Dessa forma, a unidade entende que as especificações são adequadas, amplamente disponíveis no mercado, e que o edital permite ampla competitividade, incluindo veículos oferecidos pela própria impugnante, razão pela qual não vê fundamento para acolher a impugnação.

Ante o exposto, considerando a existência de justificativa para as exigências impugnadas, do ponto de vista jurídico, não vislumbramos violação ao art. 9, I, da Lei nº 14.133/21, motivo pelo qual **OPINAMOS pelo conhecimento da impugnação e, no mérito, pela sua improcedência.**

Por fim, ressaltamos que o presente exame limitar-se-á aos aspectos jurídicos da matéria proposta e de regularidade processual, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, econômicos, financeiros e aqueles que exijam o

 goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8

semaepiracicaba.sp.gov.br

019 – 3403-9611



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

exercício da competência e da discricionariedade administrativa a cargo dos órgãos competentes do SEMAE.

É o parecer, *sub censura*.

A Assessoria Especial da Presidência.

Piracicaba/SP, *data da assinatura eletrônica*.

Felipe Milani Baldan

Procurador Jurídico

De acordo. Encaminhe-se.

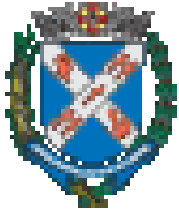
Danielle Pacheco de Souza Santim

Procuradora Jurídica Chefe

 goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8

semaepiracicaba.sp.gov.br

019 – 3403-9611



Assinaturas do documento

"Parecer jurídico"



Código para verificação: **C75OT59Y**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **DANIELLE PACHECO DE SOUZA SANTIM** (CPF: ***.738.448-**) em 08/11/2024 às 15:47:03 (GMT-03:00)
Emitido por: "SolarBPM", emitido em 23/11/2023 - 16:19:13 e válido até 23/11/2123 - 16:19:13.
(Assinatura do Sistema)

✓ **FELIPE MILANI BALDAN** (CPF: ***.451.428-**) em 08/11/2024 às 12:36:51 (GMT-03:00)
Emitido por: "SolarBPM", emitido em 04/07/2023 - 11:49:02 e válido até 04/07/2123 - 11:49:02.
(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **SEMAE**

2024/023879 e o código **C75OT59Y** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



SERVIÇO MUNICIPAL DE RECURSOS E MEIO AMBIENTE
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

Piracicaba, data da assinatura digital

Ao Setor de Suprimentos

Diante das informações constantes dos autos do processo, em especial o PARECER N.º 379/2024/PJ/FMB, acolho o referido Parecer nos seus fiéis termos e, por conseguinte, julgo **improcedente** a impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 071/2024.

Raul Emilio Adamoli de Moraes
Presidente do SEMAE

goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8

semaepiracicaba.sp.gov.br



Assinaturas do documento



"214 - 2024-023879 - Impugnação - Veículos"

Código para verificação: **TKXPN9KG**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RAUL EMILIO ADAMOLI DE MORAIS (CPF: ***.857.708-**) em 11/11/2024 às 11:51:15 (GMT-03:00)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 05/09/2024 - 12:03:53 e válido até 05/09/2124 - 12:03:53.

(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **SEMAE**

2024/023879 e o código **TKXPN9KG** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.